



ANALISTA - DIREITO

NOME DO CANDIDATO

INSCRIÇÃO

Nível

SUPERIOR



Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **setenta questões objetivas e duas questões discursivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva das Discursivas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas e na Versão Definitiva das Discursivas incorrerá na eliminação do candidato.



Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva das Discursivas.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva das Discursivas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva das Discursivas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.



**instituto
aocp**



Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva das Discursivas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato somente poderá retirar-se da sala levando consigo este Caderno no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova, estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.



Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOCp** no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Língua Portuguesa

DICAS PARA ENFRENTAR O MAL-ESTAR

Vida sem sofrimento não tem, mas há formas piores e melhores de encará-lo

Vera Iaconelli – 5 set. 2022

Uma dica é admitir que a consciência, que é uma ferramenta recém-adquirida pela humanidade, está fadada a fracassar em suas pretensões iluministas. Se a intenção for dar conta da experiência da vida apoiado na capacidade de atribuir-lhe sentido, melhor enfiar a viola no saco. Foi na tentativa de tudo entender, controlar e prever, capturados por excessivas promessas da ciência, que nos perdemos. Entre encontrar "o" sentido da vida ou vivê-la, sugiro investir na poesia.

Outra dica é admitir que sem o outro não dá. Não apenas porque o isolamento mina nossas forças, mas porque nunca estamos inteiramente sós. O diálogo interno implica um outro que nos habita, nos julga, adula e recrimina. Paradoxalmente, pode-se dizer o oposto também: nunca estamos verdadeiramente acompanhados pela impossibilidade estrutural de compartilhar a experiência.

O encontro com o outro pode confirmar nossas péssimas expectativas, mas também pode nos surpreender. Como quando percebemos que todos os amores da nossa vida foram horríveis, exceto um. E justo esse, que escapa à série, pode acabar levando a bronca que cabia aos anteriores, justamente por contrariar experiências e expectativas. O encontro com o outro tem desses embaraços e deleites.

Quando o outro nos deixa — voluntária ou involuntariamente — nos expõe a um dos maiores entraves de qualquer relação, que é o medo de sofrer, claro. A técnica de se isolar para não sofrer seria boa se funcionasse, mas o isolamento é fonte de inesgotáveis sofrimentos compartilhados no divã. Vivemos o paradoxo das relações humanas incrementado pelas agruras da era midiática. As ferramentas que poderiam nos aproximar magicamente confirmam que não há tecnologia que resolva o infantil em nós que permanece ainda que a infância chegue ao fim. Mais do que aproximar, as mídias têm promovido sofrimento em escala global e instantânea.

Tem também a dica de cuidar. Não esse cuidado compulsório imputado às mulheres para fins de desoneração da responsabilidade dos homens. Mas o cuidado que emerge do reconhecimento de que o outro é feito da mesma massa que nós. Cuidar e ser cuidado é a dobradinha de ouro rumo à civilização, que parece cada vez mais distante.

Por fim, mas sem esgotar o tema, vá ao teatro. Por quê? Pois se trata da principal experiência coletiva na qual o outro nos invade tentando ultrapassar, pela poética, nossa obsessão pelo sentido. O teatro tem algo embaraçoso, que ultrapassa o cinema. O corpo a corpo com os atores em tempo real — com direito a falhas e ao constrangimento de se deixar emocionar e ser visto por quem te emociona — enaltece nossa fragilidade ao invés de escamoteá-la.

Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2022/09/dicas-para-enfrentar-o-mal-estar.shtml>. Acesso em: 09 jan. 2023.

1

Em relação ao subtítulo do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os verbos “tem” e “há” estabelecem concordância com os sujeitos “vida” e “formas”, respectivamente, e veiculam o mesmo significado.
- (B) A seguinte reescrita está semântica e gramaticalmente correta: Não existe vida sem sofrimento, mas existe formas piores e melhores de encará-lo.
- (C) A seguinte reescrita está semântica e gramaticalmente correta: Embora não exista formas piores e melhores de encarar o sofrimento, não existe vida sem ele.
- (D) A substituição de “encará-lo” por “encará-la” manteria a correção gramatical do excerto, mas alteraria o referente do pronome.
- (E) Em “piores e melhores” a ordem dos adjetivos não pode ser invertida (melhores e piores) sem que isso cause prejuízo sintático e semântico ao excerto.

2

Assinale a alternativa em que a próclise é a única colocação pronominal permitida pela norma padrão.

- (A) “Se a intenção for dar conta da experiência da vida apoiado na capacidade de atribuir-lhe sentido [...]”.
- (B) “O diálogo interno implica um outro que nos habita [...]”.
- (C) “Paradoxalmente, pode-se dizer o oposto também [...]”.
- (D) “A técnica de se isolar para não sofrer seria boa [...]”.
- (E) “O corpo a corpo com os atores em tempo real [...] enaltece nossa fragilidade ao invés de escamoteá-la.”.

3

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita gramaticalmente correta para o excerto “Dicas para enfrentar o mal-estar”.

- (A) Dicas para enfrentar os mal-estares.
- (B) Dicas para enfrentar os males-estares.
- (C) Dicas para enfrentar os males-estar.
- (D) Dicas para enfrentar os mal-estar.
- (E) Dicas para enfrentar os malestares.

4

Sobre o excerto “Entre encontrar ‘o’ sentido da vida ou vivê-la, sugiro investir na poesia.”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A substituição do artigo definido “o” pelo indefinido “um” modificaria o sentido do excerto.
- (B) A conjunção “ou” coordena duas orações e veicula um sentido de alternativa.
- (C) As aspas no artigo são utilizadas para ressaltar esse item.
- (D) A palavra “vida” é retomada por um pronome pessoal átono.
- (E) Para a autora, “investir na poesia” é uma opção equivalente a “encontrar ‘o’ sentido da vida”.

5

Sobre os mecanismos de coesão empregados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “E justo esse, que escapa à série [...]”, o termo destacado atua na coesão catafórica, referindo-se a algo que será exposto posteriormente no texto.
- (B) As expressões “uma dica”, “outra dica” e “tem também a dica”, que iniciam o primeiro, o segundo e o quinto parágrafo, respectivamente, atuam na coesão interparágrafos, auxiliando na organização do texto.
- (C) Em “Uma dica é admitir que a consciência, que é uma ferramenta [...]”, o termo destacado é um pronome relativo que atua na coesão do texto retomando a expressão “dica”.
- (D) A expressão “Por fim”, que inicia o último parágrafo, poderia ser adequadamente substituída por “Portanto”, haja vista serem ambas conjunções conclusivas.
- (E) Em “Por fim, mas sem esgotar o tema, vá ao teatro.”, no último parágrafo, o tema a que a autora se refere é a necessidade de cuidar e de ser cuidado, mencionada no parágrafo precedente.

6

Assinale a alternativa que indica corretamente a relação sintático-semântica mantida entre as partes do texto.

- (A) “Não apenas porque o isolamento mina nossas forças / mas porque nunca estamos inteiramente sós”. (Consequência).
- (B) “O encontro com o outro pode confirmar nossas péssimas expectativas / mas também pode nos surpreender”. (Concessão).
- (C) “Quando o outro nos deixa / nos expõe a um dos maiores entraves de qualquer relação”. (Tempo).
- (D) “Se a intenção for dar conta da experiência da vida apoiado na capacidade de atribuir-lhe sentido / melhor enfiar a viola no saco”. (Adição).
- (E) “Vida sem sofrimento não tem / mas há formas piores e melhores de encará-lo” (Adição).

7

Sobre o verbo presente em “[...] vá ao teatro.”, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Ele está flexionado no modo imperativo afirmativo.
- (B) Ele poderia ser substituído por “vai” sem que isso alterasse o sentido do excerto.
- (C) Ao utilizar essa forma verbal, o autor estabelece uma interlocução com o leitor.
- (D) Ele concorda com o termo “você”, que está oculto.
- (E) Ele concorda com o termo “tu”, que está oculto.

8

Assinale a alternativa em que a omissão da vírgula não prejudica a sintaxe do excerto.

- (A) “Uma dica é admitir que a consciência, que é uma ferramenta [...]”.
- (B) “Foi na tentativa de tudo entender, controlar e prever [...]”.
- (C) “Paradoxalmente, pode-se dizer o oposto também [...]”.
- (D) “A técnica de se isolar para não sofrer seria boa se funcionasse, mas o isolamento é fonte de inesgotáveis sofrimentos [...]”.
- (E) “Se a intenção for dar conta da experiência da vida apoiado na capacidade de atribuir-lhe sentido, melhor enfiar a viola no saco.”.

9**A partir da leitura do texto, é correto afirmar que**

- (A) é impossível viver sem o outro, mas também é impossível viver totalmente com o outro.
- (B) a busca pelo sentido da vida garante que as pessoas tenham uma existência livre de sofrimento.
- (C) isolar-se é a melhor solução para evitar o sofrimento.
- (D) é das mulheres o papel de cuidar dos homens, os quais, por sua vez, têm o papel de serem cuidados.
- (E) o cinema é tão efetivo quanto o teatro no propósito de enaltecer "nossa fragilidade ao invés de escamoteá-la".

10**Assinale a alternativa em que a expressão destacada apresenta o mesmo sentido que em "[...] pode acabar levando a bronca que cabia aos anteriores, justamente por contrariar experiências e expectativas."**

- (A) "[...] uma ferramenta recém-adquirida pela humanidade [...]".
- (B) "[...] o outro nos invade tentando ultrapassar, pela poética, nossa obsessão pelo sentido."
- (C) "[...] capturados por excessivas promessas da ciência [...]".
- (D) "[...] nunca estamos verdadeiramente acompanhados pela impossibilidade estrutural de compartilhar a experiência."
- (E) "[...] com direito a falhas e ao constrangimento de se deixar emocionar e ser visto por quem te emociona [...]".

Direito Constitucional

11**Sobre o constitucionalismo, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O termo constitucionalismo, em seu sentido mais restrito, está relacionado à ideia de garantia de direitos como instrumento de limitação ao exercício do poder estatal.
- (B) A experiência constitucional do Estado hebreu foi um importante marco do constitucionalismo antigo.
- (C) Dentro do período compreendido como constitucionalismo moderno ocorreu o surgimento de dois modelos de constituição: as liberais e as sociais.
- (D) O constitucionalismo contemporâneo, também denominado neoconstitucionalismo, possui como marco histórico a Constituição mexicana de 1917.
- (E) Como contribuição da experiência constitucional estadunidense, pode-se apontar a ideia de supremacia da constituição.

12**O poder revisor foi previsto no art. 3º, do ADCT, dispondo que: "a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral."****Nessa esteira, quanto à eficácia do supracitado dispositivo, é correto classificá-lo como norma constitucional de**

- (A) eficácia exaurida.
- (B) eficácia exaurível.
- (C) eficácia plena.
- (D) eficácia contida.
- (E) eficácia limitada.

13**Sobre os diferentes conceitos de constituição, é correto afirmar que Ferdinand Lassalle, ao afirmar que a constituição efetiva de um país é a soma dos fatores reais do poder que regem uma nação, idealizou a constituição em seu sentido**

- (A) político.
- (B) sociológico.
- (C) jurídico.
- (D) culturalista.
- (E) normativo.

14

Em relação às classificações constitucionais, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Constituições prolixas.
 2. Constituições rígidas.
 3. Constituições sumárias.
 4. Constituições fixas.
- () Somente podem ser modificadas mediante procedimentos mais solenes e complexos que o processo legislativo ordinário.
- () Veiculam apenas princípios fundamentais e estruturais do Estado.
- () Consagram matérias estranhas ao direito constitucional, estabelecendo minúcias típicas de legislação ordinária.
- () Só podem ser alteradas pelo mesmo poder constituinte responsável por sua elaboração, quando convocado para isso.
- (A) 1 – 3 – 4 – 2.
- (B) 2 – 1 – 3 – 4.
- (C) 2 – 3 – 1 – 4.
- (D) 4 – 1 – 3 – 2.
- (E) 4 – 2 – 1 – 3.

15

Assinale a alternativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- (A) Os direitos fundamentais de primeira dimensão estão relacionados à igualdade material, que compreende os direitos sociais, econômicos e culturais.
- (B) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais incide nas relações entre os particulares e o Estado, protegendo os cidadãos do arbítrio estatal.
- (C) A proibição de excesso, faceta do postulado da proporcionalidade, impõe ao poder público a adoção de medidas adequadas e suficientes para garantir a proteção e promoção dos direitos fundamentais.
- (D) É constitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.
- (E) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

16

Esteado na defesa da saúde, especialmente no que tange à proteção da população contra radiações, o Município de Campo Grande editou lei municipal fixando limitações à instalação de sistemas transmissores de telecomunicações em seu território. Nessa hipótese, indagado pela Procuradoria de Justiça acerca da constitucionalidade da referida lei municipal em face da Constituição Federal, você, como Analista do Ministério Público, deve afirmar que, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma é

- (A) constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.
- (B) constitucional, pois a defesa da saúde é matéria de competência concorrente.
- (C) inconstitucional, pois é competência privativa dos Estados legislar sobre telecomunicações.
- (D) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a defesa da saúde.
- (E) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

17

No âmbito do controle de constitucionalidade, a Constituição da República prevê que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal. Nesse contexto, segundo a jurisprudência da Suprema Corte, é correto afirmar que são considerados legitimados ativos universais do controle de constitucionalidade:

- (A) o Presidente da República e os Governadores de Estado.
- (B) o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.
- (C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades de classe de âmbito nacional.
- (D) a Mesa da Câmara dos Deputados e os partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- (E) as confederações sindicais e a Mesa do Congresso Nacional.

18

No que diz respeito ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado deve ser processado e julgado, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
- () O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não se submetem à regra do quinto constitucional.
- () Aos membros do Ministério Público é vedado receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- () O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de sete membros nomeados pelo Procurador-Geral da República.

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – V – V – F.

19

Nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito da legislação concorrente, é vedado à União estabelecer normas gerais.
- (B) A não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino constitui hipótese de intervenção estadual.
- (C) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade permanente de excepcional interesse público.
- (E) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos não incide sobre os entes da administração pública indireta.

20

Sobre a Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

- (B) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar.
- (C) As comissões parlamentares de inquérito, por gozarem de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem decretar interceptações telefônicas.
- (D) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal.
- (E) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

21

Emily, filha de pais americanos que trabalhavam em uma empresa privada multinacional, nasceu no Brasil enquanto seus pais passavam férias na cidade de Bonito/MS. Logo após nascimento, os familiares, acompanhados de Emily, retornaram aos Estados Unidos, local em que todos residem até os dias de hoje. Diante do caso narrado, quanto à nacionalidade de Emily, é correto afirmar que ela

- (A) é estrangeira, já que nunca fixou residência no Brasil.
- (B) é brasileira nata, ainda que seus pais sejam americanos, pois seu nascimento ocorreu no Brasil.
- (C) pode ser considerada brasileira nata, desde que venha a residir em território nacional e requeira a nacionalidade brasileira.
- (D) pode se naturalizar brasileira, desde que venha a residir no Brasil e opte por essa nacionalidade.
- (E) pode se naturalizar brasileira, bastando para tanto que resida no Brasil por 15 anos ininterruptos e que não possua condenação penal transitada em julgado.

22

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca do estado de sítio.

- (A) O estado de sítio pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública.
- (B) Decretado o estado de sítio, o Presidente da República deve submeter o ato com a respectiva justificativa ao Congresso Nacional, que decidirá.
- (C) Para que seja decretado o estado de sítio, devem ser ouvidos o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) Na hipótese de declaração de estado de guerra, pode o Presidente da República solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de sítio.
- (E) Na vigência do estado de sítio, admite-se a incomunicabilidade do preso.

23

Sobre a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (B) A defesa do consumidor, bem como do meio ambiente, constituem princípios da ordem econômica.
- (C) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (D) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o seu não-oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- (E) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, vedada a participação de entidades não governamentais.

24

Considerando a Lei do Mandado de Segurança (Lei Federal nº 12.016/2009), assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (B) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe recurso ordinário.
- (C) O Ministério Público detém legitimidade ativa para o pedido de suspensão de segurança, sendo competente para apreciá-lo o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso.
- (D) A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público prejudica o julgamento do pedido de suspensão de segurança.
- (E) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

25

Referente à ação civil pública e à ação popular, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas.
- () Na ação civil pública, o Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo se decorrentes da prestação de serviço público.
- () A ação civil pública pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- () Na defesa de direitos difusos, como o meio ambiente ou a moralidade administrativa, o Ministério Público possui legitimidade para propor ação popular.

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – V – F.

Direito Administrativo

26

Gorbachov, conhecido produtor rural da região de Aquidauana, foi notificado pelo Poder Público que serão instaladas torres de transmissão em determinada faixa de terras de seu imóvel rural, com o objetivo de distribuir energia elétrica para uma pequena comunidade local. Nessa hipótese, é correto afirmar que a situação narrada é exemplo típico de intervenção do Estado na propriedade, na modalidade

- (A) desapropriação indireta.
- (B) ocupação temporária.
- (C) requisição administrativa.
- (D) limitação administrativa.
- (E) servidão administrativa.

27

Em relação aos bens públicos e ao instituto da desapropriação, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens integrantes do acervo patrimonial de sociedades de economia mista sujeitos a uma destinação pública equiparam-se a bens públicos, sendo, portanto, insuscetíveis de serem adquiridos por meio de usucapião.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- (C) São classificados como bens dominicais os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública direta.
- (D) Em se tratando de desapropriação, a prova pericial para a fixação do justo preço não pode ser dispensada, ainda que haja expressa concordância do expropriado com o valor da oferta inicial.
- (E) A desapropriação é forma de aquisição derivada da propriedade, pois independe da vontade do titular anterior.

28

No que diz respeito aos órgãos públicos e aos atos administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A criação e a extinção de órgãos públicos dependem de lei, todavia, quando não implicar aumento de despesa, sua organização e funcionamento podem ocorrer mediante decreto do chefe do Executivo.
- () Os órgãos públicos são as repartições internas do Estado, criadas a partir da descentralização administrativa, com a finalidade de tornar a atuação estatal mais eficiente.
- () O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial, sendo que a delegação pode ser revogada a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- () As certidões e os pareceres podem ser apontados como espécies de atos administrativos ordinatórios.

- (A) F – F – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – F – V.

29

Yelena, servidora pública do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas funções, foi multada por estacionar o veículo oficial do órgão ministerial em local proibido. Nesse caso, em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que a multa de trânsito imposta provém do

- (A) poder regulamentar.
- (B) poder de polícia.
- (C) poder disciplinar.
- (D) poder hierárquico.
- (E) poder discricionário.

30

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de empresa pública, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito privado.
- (B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta dos entes federados consorciados.
- (C) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública de direito privado, tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.
- (D) Dispensa autorização legislativa a alienação do controle acionário das sociedades de economia mista.
- (E) As empresas estatais que atuem na exploração de atividade econômica, em regime concorrencial, são abrangidas pela imunidade tributária recíproca.

31

“[...] delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”

No que se refere aos serviços públicos, é correto afirmar que, à luz do ordenamento jurídico pátrio, o excerto apresentado delinea o instituto da

- (A) concessão comum.
- (B) concessão administrativa.
- (C) concessão patrocinada.
- (D) permissão.
- (E) outorga.

32

Dimitri é servidor público da administração direta do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado em Ponta Porã. Entretanto, por determinação da autoridade competente, no interesse do serviço público, passou a ter exercício em Dourados, com mudança de domicílio em caráter permanente, fazendo jus, portanto, à ajuda de custo prevista na Lei Estadual nº 1.102/1990 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A ajuda de custo constitui espécie de gratificação pecuniária devida ao funcionário público.
- (B) A ajuda de custo possui natureza de indenização e, como tal, não se incorpora ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- (C) Nos casos de afastamento para prestar serviços em outro órgão ou entidade, a ajuda de custo será paga pelo cedente.
- (D) Ao servidor público que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo, é devida a ajuda de custo.
- (E) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do funcionário, não podendo exceder a importância correspondente ao dobro de seu valor.

33

Considere que Olga, servidora pública estadual efetiva, contabilizou nove faltas injustificadas no curso de determinado período aquisitivo de férias. Nesse caso, à luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 1.102/1990), Olga terá direito a

- (A) quinze dias corridos de férias.
- (B) dezoito dias corridos de férias.
- (C) vinte e um dias corridos de férias.
- (D) vinte e quatro dias corridos de férias.
- (E) vinte e sete dias corridos de férias.

34

Sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 4.134/2011), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O servidor poderá ocupar, durante o período do estágio probatório, cargo em comissão, desde que exercido em órgão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
- (B) As funções de confiança são privativas de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual.
- (C) É vedado o desempenho de atribuições diversas daquelas fixadas para o cargo no qual o servidor foi aprovado, inclusive nos casos de readaptação.
- (D) O adicional por tempo de serviço é devido por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado, incidente sobre o vencimento-base do cargo efetivo.
- (E) A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

35

No que concerne ao processo administrativo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.
- () O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
- () Em homenagem à segurança jurídica, as situações flagrantemente inconstitucionais também se submetem ao prazo decadencial de 5 anos previsto na Lei Federal nº 9.784/1999.
- () Ainda que inexistente norma local e específica que regule a matéria, o prazo decadencial previsto na Lei Federal nº 9.784/1999 para a revisão dos atos administrativos não pode ser aplicado, de forma subsidiária, aos Estados e Municípios, em observância à autonomia das unidades da federação.

- (A) F – F – V – V.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) V – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

36

Assinale a alternativa correta acerca do processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999).

- (A) Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.
- (B) Como regra geral, os atos do processo administrativo exigem forma determinada.
- (C) A desistência do interessado prejudica o prosseguimento do processo, ainda que haja interesse público pela sua manutenção.
- (D) Para os prazos expressos em dias, contam-se somente os dias úteis.
- (E) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

37

Sobre a improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Aplicam-se ao sistema da improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- (B) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos.
- (C) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se – nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei de Improbidade – a presença do elemento subjetivo dolo.
- (D) As disposições da Lei de Improbidade são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- (E) A ação de improbidade administrativa deverá ser proposta perante o foro de domicílio do réu e prevenirá a competência do juízo para as demais ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

38

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública cabe

- (A) apelação.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) recurso ordinário.
- (D) recurso em sentido estrito.
- (E) mandado de segurança.

39

De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas previstas na referida Lei.
- (B) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- (C) Na hipótese de revogação do processo licitatório pela autoridade superior, que pressupõe razões de conveniência e oportunidade da Administração, dispensa-se a prévia manifestação dos interessados.
- (D) A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, é hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (E) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

40

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar

- (A) são imprescritíveis.
- (B) sujeitam-se ao prazo prescricional de três anos.
- (C) sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos.
- (D) sujeitam-se ao prazo prescricional de dez anos.
- (E) sujeitam-se ao prazo prescricional de trinta anos.

Direito Civil

41

Pedro e Joana eram casados e do relacionamento tiveram um filho em comum, Jonas, com dez anos de idade à época do divórcio dos pais. No divórcio homologado judicialmente, foi estipulado que a guarda de Jonas seria compartilhada, com a residência fixa junto à Joana, mediante o pagamento de pensão alimentícia por parte de Pedro, fixada em trinta por cento do salário mínimo nacional vigente. Após um ano do divórcio, Jonas, representado por sua mãe, Joana, propôs uma ação judicial para a revisão do valor da pensão a fim de majorá-lo, em razão da mudança de emprego de Pedro, que passou a receber um salário maior. Considerando o disposto, assinale a alternativa correta de acordo com o que prevê o Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

- (A) Como os alimentos foram fixados em percentual do salário mínimo nacional, Joana não poderá pleitear a majoração do valor da pensão com a justificativa comprovada de aumento salarial de Pedro.
- (B) É possível pleitear a revisão do valor da pensão porque houve uma mudança na situação financeira de Pedro, ainda que o valor dos alimentos tenha sido fixado com base no salário mínimo nacional.
- (C) Se não restar comprovado o aumento de gastos de Jonas, não poderá ser concedida a majoração dos alimentos, sendo necessário demonstrar concomitantemente o aumento do salário de Pedro e o aumento das despesas de Jonas.
- (D) No caso, não é cabível o pedido de revisão do valor da pensão porque, com a mudança de emprego, o valor da pensão é automaticamente ajustado em trinta por cento do valor do novo salário de Pedro.
- (E) Não é cabível a ação para revisão do valor da pensão, já que cabe à parte interessada oficiar o empregador daquele que paga alimentos para ajustar o valor da pensão com o salário recebido.

42

Considerando o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), assinale a alternativa INCORRETA acerca da prescrição e decadência.

- (A) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (B) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (C) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, obedecendo ao princípio da liberdade contratual.
- (D) O protesto cambial é causa interruptiva da prescrição.
- (E) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

43

Sobre os contratos, em conformidade com o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- () Em um caso de vício redibitório, se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, restituirá o valor recebido, assumindo o adquirente as despesas do contrato.
- () Se for aleatório o contrato, por se referir a coisas existentes, mas expostas a risco, assumido pelo adquirente, terá igualmente direito o alienante a todo o preço, posto que a coisa já não existisse, em parte, ou de todo, no dia do contrato.
- () Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

- (A) V – F – V – V.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) V – V – F – F.

44

Fátima e Pedro eram casados sob o regime de comunhão parcial de bens e, um ano depois do casamento, Pedro veio a falecer, sem filhos em comum com Fátima. Pedro tinha apenas um filho, Mateus, de um relacionamento anterior, com dez anos à época do falecimento. Considerando que não havia pacto antenupcial ou testamento e que Pedro deixou alguns bens particulares e outros em comum com Fátima, assinale a alternativa correta, de acordo com o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

- (A) Fátima é meeira do patrimônio total e Mateus é o único herdeiro do patrimônio total de Pedro.
- (B) O patrimônio total de Pedro será dividido em duas partes iguais entre Fátima e Mateus, porque são os únicos herdeiros de Pedro.
- (C) Fátima será herdeira e meeira dos bens comuns do casal e herdeira dos bens particulares de Pedro, em concorrência com Mateus.
- (D) Fátima será meeira dos bens em comum do casal e Mateus será o único herdeiro dos bens particulares de Pedro.
- (E) Fátima será meeira em relação aos bens em comum do casal e concorrerá com Mateus na herança dos bens particulares de Pedro.

45

Considerando o que dispõe o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) acerca dos direitos reais, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de superfície não pode transferir-se a terceiros e, em caso de morte do superficiário, será extinta sua concessão.
- (B) Extingue-se a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção pelo não uso, durante dois anos contínuos.
- (C) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (D) Mediante promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel.
- (E) A transmissão do usufruto ocorre por alienação e o seu exercício pode ser cedido por título gratuito ou oneroso.

Direito Processual Civil

46

Acerca do procedimento comum, considerando o que dispõe o Código de Processo Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O pedido deve ser determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- () Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.
- () O juiz não resolverá o mérito quando decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- () Em caso de julgamento antecipado parcial do mérito, a decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – F – V – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) V – V – F – F.

47

Maria propôs uma ação de usucapião referente à casa em que reside atualmente e que não se trata de unidade autônoma de prédio em condomínio. Na ação, foi determinada pelo juiz a citação pessoal dos três confinantes certos do imóvel. Considerando o caso citado e o que dispõe o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há litisconsórcio porque Maria figura sozinha no polo ativo.
- (B) Há um litisconsórcio necessário por força de lei, tendo em vista que a citação dos confinantes está prevista em lei.
- (C) Há um litisconsórcio passivo facultativo, porque de acordo com o texto legal basta que um dos três confinantes integre o processo para a estabilidade da relação processual.
- (D) Há um litisconsórcio passivo derivativo, porque seu estabelecimento decorreu de uma decisão judicial.
- (E) Não há litisconsórcio em razão da natureza da ação de usucapião, sendo que os confinantes integrarão a lide como terceiros interessados.

48

Assinale a alternativa que NÃO representa corretamente uma das causas de suspensão do processo, de acordo com o que dispõe o Código de Processo Civil.

- (A) Nos casos de parto ou concessão de adoção, desde que a advogada responsável pelo processo comprove a impossibilidade de constituição de novo patrono na causa em tempo hábil.
- (B) Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- (C) Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo.
- (D) Quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.
- (E) Em caso de arguição de impedimento ou de suspeição.

49

Em um comum acordo, as partes e o juiz possuem interesse em fixar um calendário para a prática dos atos processuais de determinado processo. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível que seja fixado um calendário para os atos de um processo, sendo necessário observar os prazos previstos em lei.
- (B) É indispensável a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- (C) O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- (D) A lei estipula que os prazos fixados no calendário necessitam ser iguais para todas as partes que estão vinculadas a ele.
- (E) Apesar de não existir previsão legal de um calendário para a prática dos atos processuais, deverá prevalecer a vontade das partes, cabendo ao juiz a função de homologar ou não o acordo celebrado.

50

Assinale a alternativa correta acerca do processo de execução, de acordo com o que prevê o Código de Processo Civil.

- (A) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.
- (B) A execução não pode ser promovida contra o novo devedor que assumiu, ainda que com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.
- (C) A necessidade de operações aritméticas, ainda que simples, para apurar o crédito exequendo, retira a liquidez da obrigação, que necessita ser certa, líquida e exigível, constante do título.
- (D) A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando que, havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de qualquer deles, à escolha do exequente.
- (E) Não são sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.

Direito Penal

51

Samanta foi condenada à pena de reclusão, por cometimento do delito de roubo majorado pelo concurso de agentes em concurso material com o delito de dano qualificado. Durante a execução de sua pena em regime inicial fechado, o legislador brasileiro editou nova lei e extinguiu a circunstância majorante (causa de aumento de pena) do concurso de agentes no crime de roubo. Acerca desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei penal favorável retroagirá, mas Samanta só terá sua penalidade revisada após progredir de regime penitenciário.
- (B) A lei penal favorável não retroagirá, porquanto o legislador não praticou “abolitio criminis”, uma vez que o delito de roubo continuou existente.
- (C) A lei penal favorável só poderá ser aplicada aos processos penais futuros, pois a modificação legislativa interferiu sobre a dosimetria penal, e não sobre a capitulação do fato.
- (D) A lei penal favorável retroagirá e Samanta terá sua pena diminuída com a exclusão da circunstância majorante antes reconhecida pela sentença penal condenatória.
- (E) A alteração legislativa sobre causa de aumento de pena causa revisão na sentença penal condenatória, ainda que a modificação legal resulte na maximização da fração de aumento circunstanciado em terceira fase de dosimetria.

52

Jackson foi prefeito de Três Lagoas-MS no período de 2001 a 2008. Após deixar o cargo e retornar à iniciativa privada, Jackson foi processado e condenado pelos delitos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, em razão do recebimento de propina para viabilizar uma obra pública de interesse de um empresário local. A pena fixada em sentença penal condenatória foi de 7 (sete) anos de reclusão em regime inicial semiaberto. Além disso, Jackson foi multado e sua condenação surtiu outros efeitos. Sobre os efeitos da condenação diversos da privação de liberdade, conforme o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Em razão dos preceitos secundários dos tipos penais contra si imputados, Jackson poderá sofrer perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor de seu patrimônio e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- (B) A perda do mandato eletivo e a inabilitação para dirigir veículo também são efeitos da condenação imposta sobre Jackson.

- (C) Jackson deverá restituir o erário de Três Lagoas-MS em valor não inferior a 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente enquanto prefeito municipal.
- (D) Jackson sofrerá perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- (E) Os efeitos da condenação diversos da privação de liberdade são automáticos e inerentes à fixação da penalidade oficial.

53

O crime de “impedimento ou perturbação de cerimônia funerária” é definido como “impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária”. Possui ainda causa de aumento de pena: “se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.”. Sobre esse tipo penal, é correto classificá-lo como

- (A) crime próprio, quanto ao sujeito ativo; de mera conduta, quanto ao resultado.
- (B) comum, quanto ao sujeito ativo; formal, quanto ao resultado.
- (C) vago, quanto ao sujeito ativo; de consumação antecipada, quanto ao resultado.
- (D) comum, quanto ao sujeito ativo; material, quanto ao resultado.
- (E) crime próprio, quanto ao sujeito ativo; material ou de resultado, quanto ao resultado.

54

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

“Praticará crime de denúncia caluniosa quem dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato _____ de que o sabe _____.”

- (A) obsceno / inocente
- (B) indevido / abonado
- (C) indevido / injusto
- (D) infamante / abonado
- (E) improbo / inocente

55

O tipo penal de “contratação de operação de crédito” previsto no *caput* do art. 359-A do Código Penal prescreve a seguinte conduta: “Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa”. Sobre esse delito, assinale a alternativa que contém classificação INCORRETA.

- (A) Crime próprio ou especial quanto ao sujeito ativo.
- (B) Crime formal ou de mera conduta (ordenar, autorizar) ou de resultado cortado (realizar operação) quanto ao resultado.
- (C) Crime plurissubsistente (ordenar, autorizar) ou unissubsistente (realizar operação) quanto aos atos que compõem a fase de execução.
- (D) Crime de forma vinculada quanto ao modo de execução.
- (E) Crime comissivo instantâneo quanto à conduta típica consumada.

Direito Processual Penal

56

Acerca da competência processual penal prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar os ministros do Superior Tribunal de Justiça, por crimes comuns.
- (B) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- (C) No concurso entre a competência do Tribunal do Júri e a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para crimes comuns, prevalecerá a competência do Tribunal do Júri.
- (D) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo da infância e da juventude.
- (E) No processo por crimes praticados fora do território brasileiro por residente no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

57

Abelardo, 18 anos, é morador de um prédio bem localizado no centro de Dourados-MS, e certa feita presenciou um roubo praticado por um indivíduo, que subtraiu a bolsa e o celular de uma senhora. Abelardo informou a autoridade policial sobre o fato e dispôs-se a testemunhar caso necessário. Posteriormente, após a instauração da ação penal, descobriu-se que Abelardo é sobrinho da vítima do referido roubo. A respeito do regime probatório testemunhal, assinale a alternativa correta.

- (A) Abelardo está proibido de depor em razão de seu parentesco por afinidade colateral com a vítima.
- (B) A lei processual penal veda o depoimento de parentes, em linha reta ou colateral, do acusado e da vítima.
- (C) Abelardo pode recusar-se a depor após ter ciência de que é sobrinho da vítima.
- (D) Abelardo deverá testemunhar, caso arrolado, e prestará compromisso de dizer a verdade.
- (E) Abelardo deverá depor, caso arrolado, mas não prestará compromisso de dizer a verdade e será inquirido como testemunha.

58

Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Em todos os termos da _____, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, o cônjuge, o ascendente, o descendente ou o irmão. O assistente será admitido enquanto não _____ a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

- (A) Investigação / for publicada
- (B) Persecução penal / passar em julgado
- (C) Ação pública / for publicada
- (D) Persecução penal / for confirmada
- (E) Ação pública / passar em julgado

59

Marieta é promotora de justiça na comarca de Nioaque-MS, atuante em um processo penal por crime de homicídio qualificado. No caso, o réu é acusado de ter matado o funcionário de sua notável e abastada família mediante envenenamento. Transitada em julgado a sentença de pronúncia, Marieta percebe um clima desfavorável à acusação na localidade, tendo em vista a influência política da família do réu e o tamanho reduzido da cidade, e consulta os membros do seu gabinete a respeito da hipótese de desaforamento. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) Marieta tem competência para requerer o desaforamento, mas só poderia fazê-lo antes do trânsito em julgado da sentença de pronúncia.
- (B) O desaforamento também poderá ser requisitado por Marieta, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juízo presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado da prolação da decisão de pronúncia.
- (C) O requerimento de Marieta será apreciado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul e, se deferido, será fixada como competente para a sessão de julgamento a comarca mais distante possível de Nioaque-MS.
- (D) Marieta poderá requerer o desaforamento alegando dúvida sobre a imparcialidade do júri popular a ser sorteado, ainda que não haja interesse da ordem pública ou ameaça à segurança pessoal do acusado.
- (E) Ainda que relevantes os motivos alegados por Marieta no requerimento de desaforamento, o desembargador relator não poderá determinar a suspensão do julgamento pelo Tribunal do Júri, salvo se a defesa do acusado anuir com a demanda ministerial.

60

Sobre o regime das nulidades processuais penais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- (B) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
- (C) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

- (D) As nulidades deverão ser arguidas, se verificadas após a decisão da primeira instância, nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.
- (E) As nulidades por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato considerar-se-ão sanadas se a parte, ainda que tacitamente, tiver aceito os seus efeitos.

Legislação Institucional do Ministério Público

61

Carlos é servidor público com cargo efetivo e integrante da Comissão Permanente de Ética do MPMS. Sobre o que dispõe a Resolução nº 25 de 2021 – Código de Ética e de Conduta do MPMS, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão Permanente de Ética se reunirá ordinariamente a cada 4 (quatro) meses, sob a coordenação da Secretaria-Geral, assegurada a participação da entidade sindical dos servidores
- (B) À Comissão Permanente de Ética compete articular ações com vistas a estabelecer procedimentos de incentivo ao desempenho institucional na gestão da ética privada e apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório mensal de suas atividades.
- (C) Carlos, como integrante da Comissão Permanente de Ética, reduzirá o tempo dedicado ao exercício das atribuições funcionais inerentes a seu cargo efetivo, para o fim de desenvolver as atividades da Comissão.
- (D) Se Carlos, durante o mandato na Comissão Permanente de Ética, responder a processo ético, processo administrativo disciplinar ou ação penal, será afastado de suas funções, com posterior destituição, caso se confirme a falta ética, a sanção administrativa ou a condenação penal.
- (E) A Comissão Permanente de Ética será composta por 9 (nove) integrantes titulares e respectivos suplentes que são designados pelo Procurador-Geral de Justiça com mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução.

62

Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público e de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto de dezoito membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

- (B) O mandato dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público é de três anos, admitida uma recondução.
- (C) Dentre os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, estão dois juízes, ambos indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) Cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.
- (E) Compõem o Conselho Nacional do Ministério Público dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

63

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A elevação de entrância da comarca não acarreta a promoção do respectivo membro do Ministério Público, ficando-lhe assegurado o direito a perceber a diferença de subsídio e vantagens e de permanecer na comarca elevada.
- () O membro do Ministério Público reintegrado será submetido à inspeção médica e, se considerado incapaz, será aposentado compulsoriamente, mas sem as vantagens a que teria direito se efetivada a reintegração.
- () São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros, manter ilibada conduta pública e particular; e assistir aos atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença.
- () Os Promotores de Justiça, quando nomeados, promovidos ou removidos, receberão uma ajuda de custo, de caráter indenizatório, para atender às despesas de mudança e transporte, no valor de até um subsídio e meio do cargo que deve assumir.

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – F – V – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F.

64

Paulo é membro do Ministério Público do Mato Grosso do Sul e recebeu uma camiseta de uma empresa, que foi entregue a ele sem qualquer custo e ficou em dúvida se poderia aceitá-la. Sobre esse tema e considerando o disposto no Código de Ética e de Conduta do MPMS e na Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS, assinale a alternativa correta.

- (A) Os membros do MPMS não podem receber brindes nem presentes, sendo estes considerados meios de favorecimento indevido e forma de obter vantagem ilícita.
- (B) Via de regra, os objetos recebidos que não possuem valor comercial são denominados brindes e não podem ser aceitos por servidor público, exceto quando se tratar de presente, e a distribuição for generalizada.
- (C) Um objeto que ultrapasse o valor de 1% (um por cento) do vencimento bruto do servidor deverá ser considerado como presente e não pode ser aceito por servidor público.
- (D) Um objeto que ultrapasse o valor de 1% (um por cento) do salário mínimo nacional deverá ser considerado como brinde e não pode ser aceito por servidor público, exceto quando se tratar de distribuição em razão de campanhas promocionais ou datas comemorativas de instituições.
- (E) No caso de brindes, a distribuição é proibida e são considerados como vantagens indevidas, já os presentes necessitam ter uma distribuição generalizada para serem aceitos por servidores públicos.

65

Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas a membro do Ministério Público, nos termos da lei, algumas vantagens. Assinale a alternativa que NÃO consta como uma dessas vantagens expressamente previstas na Lei nº 8.625/1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

- (A) Auxílio-alimentação para a compra de refeições ou alimentos no comércio.
- (B) Ajuda de custo para despesas de transporte e mudança.
- (C) Gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, equivalente àquela devida ao Magistrado ante o qual officiar.
- (D) Auxílio-moradia, nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público.
- (E) Gratificação pelo efetivo exercício em Comarca de difícil provimento, assim definida e indicada em lei ou em ato do Procurador-Geral de Justiça.

Legislação Especial

66

Marta é casada e sofreu violência doméstica e familiar provocada por seu marido. Marta recebia tapas em seu rosto, além de ser constantemente diminuída por palavras proferidas pelo marido, que a chamava de incompetente e criticava a sua aparência física. Também foi impedida de usar anticoncepcionais e recebia xingamentos que ofendiam sua honra. Considerando o que dispõe a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, é correto afirmar que

- (A) Marta sofreu violência física, sendo essa entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Também sofreu violência psicológica, sexual e moral.
- (B) Marta sofreu violência física, sexual e moral, sendo essa última entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima.
- (C) Marta sofreu violência física, psicológica, patrimonial e moral, não se enquadrando na violência sexual por estar ausente conduta que a constrangeu a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada.
- (D) Marta sofreu violência física e psicológica, não se enquadrando na violência moral porque não houve conduta que configurasse a calúnia.
- (E) Marta sofreu violência psicológica e também sexual, porque foi impedida de usar anticoncepcionais. Contudo não resta configurada a figura da violência moral nem a patrimonial.

67

Os imóveis rurais precisam manter um percentual mínimo a título de Reserva Legal, conservada com cobertura de vegetação nativa. Considerando o que prevê o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa correta sobre o assunto.

- (A) Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, em qualquer caso.
- (B) Não se admite a exploração econômica da Reserva Legal, ainda que mediante manejo sustentável.
- (C) No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.

- (D) Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.
- (E) Em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, inclusive para assentamentos pelo Programa de Reforma Agrária, será considerada, para fins de delimitação da Reserva Legal, a área do imóvel após o fracionamento.

68

Hugo é dependente de drogas e sua mãe, Maria, preocupada com o filho, deseja realizar a internação dele para tratamento. Ocorre que Hugo não concorda com a internação. Considerando o caso citado e o que prevê a Lei de Drogas (Lei Federal nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta.

- (A) A internação prevista em lei depende de concordância do dependente de drogas, não sendo possível a internação sem esse consentimento.
- (B) No caso de Hugo, ante a recusa, a internação seria a involuntária a pedido de familiar ou do responsável legal, dependendo, além de outros requisitos, de decisão de médico responsável.
- (C) Uma vez internado, a família ou o representante legal não poderá requerer ao médico a interrupção do tratamento.
- (D) A internação involuntária perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- (E) É permitida e indicada a realização de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras.

69

De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade (Lei Federal nº 13.869/2019), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade.
- () Os crimes previstos na referida lei são de ação penal pública incondicionada, sendo admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal.
- () As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- () Aquele que impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado incorre na pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) F – V – V – F.

70

Acerca do que prevê a Lei de Organização Criminosa (Lei Federal nº 12.850/2013), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público.
- (B) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- (C) As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de 10 (dez) anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.
- (D) O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.
- (E) Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Instruções para as Discursivas

A Prova Discursiva será avaliada considerando-se os aspectos presentes em Edital:

1. Conhecimento técnico-científico sobre a matéria.
2. Atendimento ao tema proposto na questão.
3. Clareza na argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão.
4. Utilização adequada da Língua Portuguesa.

O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul;
- e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

O candidato disporá de, no mínimo, 10 (dez) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a resposta das questões da Prova Discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.

A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

Discursivas

1

O poder constituinte derivado reformador, que se manifesta por intermédio das emendas constitucionais, pode ser definido como o poder responsável pelas modificações do texto constitucional, desde que observado um procedimento específico, previamente estabelecido pelo próprio poder constituinte originário. Nesse contexto, sobre o poder reformador, elabore um texto atendendo ao que se pede a seguir:

- a) Indique os legitimados para a propositura de emendas à Constituição;
- b) Aponte as limitações materiais ao poder de reforma expressamente previstas no texto constitucional;
- c) Esclareça se a Carta Constitucional de 1988 previu limitações circunstanciais e/ou limitações temporais ao poder de reforma.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

2

Apolo, servidor público de determinada câmara municipal, aflito por possuir diversas dívidas de cartão de crédito já vencidas, subtraiu, em proveito próprio, dois notebooks de propriedade do órgão legislativo, avaliados em R\$8.000,00 cada, valendo-se, para tanto, de uma das chaves da repartição que permanecia em sua posse. Considerando a situação hipotética narrada, responda, de forma justificada, aos questionamentos a seguir:

- a) Qual foi o crime praticado por Apolo?**
- b) Esse delito, em tese, admite a decretação de prisão temporária?**
- c) Quais são os requisitos fixados pelo Supremo Tribunal Federal para que a prisão temporária seja cabível?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

